

Uma Portaria do Ministério da Saúde publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira (04) suspendeu a transferência de recursos financeiros aos municípios que apresentaram irregularidades na alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) no mês de abril.

Os recursos cancelados seriam destinados ao Componente de Vigilância e Promoção da Saúde, do Bloco de Vigilância em Saúde dos municípios. Ao todo a Portaria Nº 867 suspendeu a transferência de recursos para 120 municípios de 18 Estados. O Piauí foi a unidade da federação que teve o maior número de municípios com recursos suspensos, foram 38. Os outros estados que tiveram municípios atingidos pela suspensão de recursos foram: Minas Gerais (13), Goiás (12), Bahia (09), Rio Grande do Norte (09), Paraíba (06), Maranhão (05), Mato Grosso (05), Pará (04), São Paulo (04), Ceará (03), Rio Grande do Sul (03), Santa Catarina (03), Rondônia (02), Rio de Janeiro (01), Roraima (01), Sergipe (01) e Tocantins (01). Os municípios piauienses que tiveram os repasses suspensos são: Alto Longá, Alvorada do Gurguéia, Anísio de Abreu, Assunção do Piauí, Barreiras do Piauí, Batalha, Belém do Piauí, Bom Princípio do Piauí, Brejo do Piauí, Colônia do Gurguéia, Currais, Curralinhos, Elesbão Veloso, Gilbués, Jacobina do Piauí, Jaicós, Juazeiro do Piauí, Manoel Emídio, Marcolândia, Marcos Parente, Monte Alegre do Piauí, Murici dos Portelas, Nazaré do Piauí, Nossa Senhora de Nazaré, Novo Oriente do Piauí, Olho D'água do Piauí, Patos do Piauí, Pau Darco do Piauí, Pavussu, Redenção do Gurguéia, Ribeira do Piauí, Santa Rosa do Piauí, Santo Antônio de Lisboa, Santo Antônio dos Milagres, São João do Piauí, Sigefredo Pacheco, Simplício Mendes e Várzea Branca. A suspensão é válida pela competência financeira do 2º quadrimestre de 2012, e foi causada por conta de irregularidades identificadas na alimentação do SINAN e do SIM, referentes à fiscalização realizada no mês de abril de 2012. Os municípios terão os repasses financeiros restabelecidos logo que as irregularidades forem corrigidas.

Fonte: Portal AZ